



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DELEGACIA DE POLÍCIA DE IMIGRAÇÃO - DELEMIG/DREX/SR/PF/AC
PORTARIA

O Delegado de Polícia Federal JACOB GUILHERME DA SILVEIRA FARIAS DE MELO, no exercício de suas funções na DELEMIG/DREX/SR/PF/AC, tendo em vista requisição judicial do Exmo. Juiz Federal da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Acre, contida na Sentença dos Autos 6940-70.2019.4.01.3000/3ªVara e informada a esta Delegacia por intermédio do Ofício/GABJU nº 458/2019, Protocolado no SEI sob o nº de Processo nº 08220.007968/2019-01.

RESOLVE:

INSTAURAR Inquérito Policial para efeito de Expulsão do território brasileiro da estrangeira **ROCIO DEL PILAR ALVARES CHOTA**, de nacionalidade peruana, nos termos do artigo 54 e seguintes da Lei 13.445/2017 e do artigo 195 e seguintes do Decreto 9.199/2017, em razão de ter sido condenado por tráfico transnacional de drogas a 1 (um) ano 11 (onze) meses e 10 (dez) dias de reclusão, além de 192 (cento e noventa e dois) dias-multa, convertida em pena restritiva de direitos, nos autos 6940-70.2019.4.01.3000, que tramitaram na 3ª Vara da Justiça Federal - Seção Judiciária do Acre. Justifica-se a instauração do presente inquérito o fato do crime praticado pelo estrangeiro ser doloso, passível de pena privativa de liberdade, de acordo com o inc. II do artigo 192 do Decreto 9.199/2017.

Preliminarmente, determino que sejam tomadas as seguintes providências:

1. Registre-se e autuem-se esta e fisicamente os demais documentos constantes deste processo;
2. Comunique-se a CGPI/DIREX/DPF a instauração do presente procedimento;
3. Expeça-se Mandado de Notificação à expulsanda, por meio do NO/DELEMIG, fixando-se seu comparecimento conforme pauta cartorária, oportunidade em que será qualificada, interrogada, identificada e fotografada, podendo se fazer acompanhar ou indicar defensor. Caso não tenha ou não

indique, expeça-se ofício à DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, comunicando o dia e a hora do interrogatório;

4. Solicite-se ao Publicador, a publicidade do presente expediente no sitio eletrônico da Polícia Federal, solicitando a presença do expulsando à sede da SR/PF/AC e junte-se aos autos o extrato da publicação;

5. Solicite-se a Certidão de Trânsito em Julgado do Processo 6940-70.2019.4.01.3000/3ªVara da Justiça Federal, juntando-a aos autos;

6. Comunique-se a repartição consular do Peru, preferencialmente por meio eletrônico, acerca da instauração do presente IPE, certificando-se nos autos;

7. Registro que é desnecessário ofício ao Juízo de Execução Penal, tendo em vista que a condenada foi beneficiada com conversão de pena restritiva de liberdade em restritiva de direitos.

8. Aguarde-se a presença do expulsando.

Rio Branco/AC, 09/01/2020.

Documento assinado eletronicamente



Documento assinado eletronicamente por **JACOB GUILHERME DA SILVEIRA FARIAS DE MELO**, Delegado(a) de Polícia Federal, em 09/01/2020, às 18:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **13495048** e o código CRC **C38B786A**.